



Universidade de Brasília

FACE - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Economia

Ciências Econômicas

PEDRO VICTOR DOMINGOS TAVEIRA ADORNO

**O EFEITO DA INFLAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA  
NO BRASIL NO PERÍODO PÓS PLANO REAL**

BRASÍLIA

2023

PEDRO VICTOR DOMINGOS TAVEIRA ADORNO

**O EFEITO DA INFLAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA NO  
BRASIL NO PERÍODO PÓS PLANO REAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Flávio Silva Andrada

Brasília  
2023

PEDRO VICTOR DOMINGOS TAVEIRA ADORNO

**O EFEITO DA INFLAÇÃO NA DESIGUALDADE DE  
RENDA NO BRASIL NO PERÍODO PÓS PLANO REAL**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova a Monografia de Economia da  
Universidade de Brasília do aluno

**PEDRO VICTOR DOMINGOS TAVEIRA ADORNO**

---

Dr. Alexandre Flávio Silva Andrada

Professor Orientador

---

Dra. Adriana Moreira Amado

Professor Examinador

Brasília, 2023

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus pais, Terezinha e Ivam, pelo apoio e suporte que proporcionaram para que eu pudesse concluir essa etapa na minha vida. Sem o esforço e dedicação dos dois nada disso seria possível, agradeço incondicionalmente por sempre me incentivarem a me dedicar aos estudos desde que eu era criança e por se esforçarem para que nunca me faltasse nada. Uma menção especial também aos meus irmãos, Ana e Arthur, que também me motivaram a entrar na UnB e chegar até esse momento. Minha família é minha base e o meu maior alicerce.

Um agradecimento especial também a todos os professores que tive na minha graduação, que foram muito importantes durante esses anos, me estimulando a buscar adquirir cada vez mais conhecimentos e transmitindo ensinamentos e experiências valiosas que contribuíram para minha formação. Agradeço especialmente meu orientador, professor Alexandre.

## **RESUMO**

O presente trabalho terá como objetivo estudar o efeito da inflação sobre a desigualdade de renda no Brasil pós Plano Real, com base na premissa de que aumento da inflação provoca maior desigualdade de renda no país. Utilizando dados do IPCA e do índice de Gini, os modelos estimados mostram que o impacto existe, porém em uma magnitude muito pequena durante este período.

Palavras-chave: Brasil, Inflação, Renda, Desigualdade, Distribuição de Renda.

## **ABSTRACT**

The present work will aim to study the effect of inflation on income inequality in Brazil after the Real Plan, based on the premise that an increase in inflation causes greater income inequality in the country. Using IPCA and Gini index data, the estimated models show that the impact exists, but in a very small magnitude during this period.

Keywords: Brazil, Inflation, Income, Inequality, Income Distribution.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do IGP-DI 1945 - 1960 .....	14
Figura 2 – Evolução da taxa de câmbio nominal 1945 - 1960 .....	15
Figura 3 – Evolução do IGP-DI 1950 - 1980 .....	18
Figura 4 – Evolução do IGP-DI 1980 - 1995 .....	22
Figura 5 – Evolução do IPCA 1995-2020 .....	31
Figura 6 – Evolução do GINI 1995 - 2020 .....	31
Figura 7 – Evolução do PIB 1995 - 2020 .....	32
Figura 8 – Correlação IPCA - GINI 1995 – 2020 .....	32
Figura 9 – Correlação PIB - IPCA 1995 - 2020 .....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis .....	31
Tabela 2 – Resultado das regressões .....	34
Tabela 3 – Resultado das regressões .....	34
Tabela 4 – Resultado das regressões .....	35
Tabela 5 – Resultado das regressões .....	35



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	REVISÃO DE LITERATURA .....	10
3	PERSPECTIVA HISTÓRICA DO CENÁRIO ECONÔMICO E INFLACIONÁRIO NO BRASIL .....	14
4	PERSPECTIVA HISTÓRICA DA DESIGUALDADE NO BRASIL .....	27
5	METODOLOGIA .....	28
6	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS .....	30
7	RESULTADOS .....	34
8	CONCLUSÃO .....	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	38

# 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da inflação na desigualdade no Brasil após o Plano Real.

A inflação é tema de grande relevância no debate público e econômico no Brasil em vários períodos da história. A inflação tem um grande impacto na renda das pessoas, especialmente na população mais pobre, afetando suas decisões de consumo e poupança, e consequentemente suas expectativas para o futuro. O Brasil foi o país que apresentou a maior inflação do mundo no período de 1960 a 1995. E durante a década de 1980, controlar e reduzir a inflação passou a ser um dos objetivos primordiais da administração pública. Após uma série de tentativas, somente com a elaboração do Plano Real, em 1994, a inflação foi controlada.

A desigualdade de renda é outra questão de grande relevância a ser monitorada e discutida, dado que gera consequências significativas à sociedade e seu bem estar. Afeta o crescimento econômico e até mesmo o nível de violência, Kelly (2000) encontra uma grande associação entre desigualdade e crimes violentos, por exemplo. A desigualdade gerada pelo Estado pelo seu descontrole monetário é muito nociva para uma grande parcela da população. Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006) mostram que uma diminuição da desigualdade de renda gera uma queda na pobreza e promove um crescimento econômico equilibrado.

A relação entre inflação e desigualdade já é um tema muito discutido e explorado na literatura econômica. No Brasil, especificamente, mais ainda, devido todas as crises inflacionárias ao longo da história. Assim, este projeto busca avaliar o efeito da inflação na desigualdade de renda do Brasil do período de 1995 a 2020. A metodologia utilizada será uma regressão em painel que relaciona mudanças na taxa de inflação do Brasil, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), às mudanças no índice de Gini do país.

A seguir, será realizada a revisão de literatura com uma avaliação dos efeitos da inflação e desigualdade de renda, do ponto de vista de vários estudiosos sobre o tema. Em seguida, será apresentada uma retrospectiva econômica e da inflação no Brasil após o período conhecido como Era Vargas, que se encerrou em 1945. Também será feito um pequeno resumo acerca da desigualdade de renda no Brasil, com base no trabalho de alguns autores. Posteriormente, será a metodologia a ser usada ao longo do projeto, com a inclusão dos resultados na parte final.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O argumento de que o aumento da inflação afeta mais os pobres já é muito conhecido e estudado na literatura econômica. Esse argumento se origina da ideia que os ricos possuem maior acesso a ativos financeiros indexados e conseguem se proteger melhor do aumento dos preços, enquanto que, os pobres mantêm quase que a totalidade dos seus recursos em dinheiro vivo e em ativos não indexados. Logo, o aumento da inflação aumentaria também a desigualdade de renda na sociedade. Ademais, a literatura mostra que o efeito da inflação na desigualdade de renda se faz presente, em maior parte, através de mecanismos relacionados à transferência entre credores e devedores, e perdas desiguais em ativos financeiros. Cardoso (1992) destaca que em episódios de inflações elevadas, o aumento salarial é mais lento que o aumento dos preços, o que leva ao aumento da desigualdade. Segundo Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006), a redução da desigualdade auxilia na queda da pobreza, e também resulta em um crescimento econômico melhor balanceado.

O trabalho de Deininger e Squire (1996) foi um pilar para o avanço dos estudos sobre distribuição de renda, reunindo pesquisas em uma grande base de dados com informações a respeito da desigualdade de renda. Desde então, este trabalho foi usado por muitos autores para tentar explicar a diferença de desigualdade entre os países e relacionar com outras variáveis e outras linhas de pesquisa, como, por exemplo, o estudo do efeito da inflação sobre a desigualdade de renda em diversos países.

Bulir (2001) aponta que a redução de uma hiperinflação melhora substancialmente a distribuição de renda de um país. Alternativamente, a diminuição de uma inflação que já esteja em um patamar considerado baixo não representa um impacto significativo positivo, podendo até piorar a distribuição de renda no caso de países desenvolvidos. Conclui também que a inflação atinge mais significativamente a distribuição de renda de países em desenvolvimento. Doepke e Schneider (2006) fizeram um estudo observando a redistribuição de renda após um período de inflação moderada. Utilizando dados dos Estados Unidos para diferentes grupos, eles encontraram que as maiores perdas são dos agentes ricos e mais velhos, pois eles são os detentores de mais ativos. Já os mais beneficiados foram os jovens que possuíam dívidas com taxas pré-fixadas em contrato, já que o valor real de seus pagamentos futuros diminuiu.

Cysne, Maldonado e Monteiro (2005) desenvolveram um modelo de equilíbrio geral dinâmico com agentes heterogêneos que relaciona bem-estar com renda. O modelo consiste em uma economia que conta com dois tipos de agentes, os ricos e os pobres, em que os dois grupos apresentam diferenças no acesso a ativos financeiros (os pobres possuem um acesso mais restrito), mas ambos retêm moeda para a realização de compras, pois trata-se de uma economia shopping-time. O modelo foca na parcela de tempo que os agentes gastam realizando compras, pois o shopping-time pode ser visto como uma medida dos custos de bem-estar da inflação. Segundo os autores, como existem diferenças de produtividade, o

shopping-time é maior entre os agentes pobres. Além disso, os agentes ricos tendem a sofrer menos os efeitos de uma inflação alta por contarem com melhor acesso a tecnologias de transação. Os autores concluem que a inflação gera custos diferenciados de bem-estar, e endossam por meio do modelo o argumento de que os agentes pobres pagam mais “imposto inflacionário” que os agentes ricos.

Shiller (1997) recolheu dados de uma pesquisa de opinião realizada nos EUA, na Alemanha e no Brasil, para a realização de um estudo com dados qualitativos. Em um dos questionamentos, 77% das pessoas entrevistadas responderam que não gostam da inflação, pois ela prejudica seu poder de compra e 7% optaram pela opção em que a inflação é prejudicial porque causa mais trabalho na hora de comparar preços. Em outra pergunta, 90% dos entrevistados não concordaram com a afirmação que não era necessário prestar atenção na inflação, pois seus recebimentos subiriam tanto quanto os outros preços; e 52% consideram o combate à inflação tão importante quanto o combate ao uso de drogas ou a melhoras no ensino público. Pode-se concluir que as respostas mostram que a maioria da população considera a inflação como uma questão muito importante e prejudicial, podendo levar a instabilidade política e perda de prestígio internacional.

Easterly e Fischer (2001) realizaram um estudo que observou o efeito da inflação na pobreza e na desigualdade em diferentes países e em diferentes períodos. Os autores realizaram uma investigação empírica baseada em uma pesquisa em 38 países que perguntava quais eram as principais preocupações dos cidadãos. Nesta pesquisa, que contava com uma lista de 15 assuntos, cada cidadão entrevistado apontava as suas três maiores preocupações. O item “inflação e preços altos” foi o terceiro mais citado, atrás apenas de “criminalidade” e “desemprego/recessão”. Os resultados indicaram que os pobres consideravam a inflação um problema maior que os não pobres, assim como os trabalhadores braçais tinham uma tendência maior de reclamar da inflação do que executivos e intelectuais. Os indivíduos com menor nível de educação tinham maior probabilidade de apontar a inflação como um problema nacional e citar o seu combate como uma prioridade. Esses são indícios de que a inflação reduz aparentemente a renda relativa dos pobres e afeta a distribuição de renda.

Na literatura empírica, o trabalho de Romer e Romer (1998) é considerado um clássico no estudo do impacto da política monetária sobre a pobreza no curto e também no longo prazo. No curto prazo, com dados trimestrais, eles analisam em uma série de tempo, o efeito de uma expansão monetária e de inflação inesperada na economia dos Estados Unidos. Os resultados indicam que uma expansão monetária pode melhorar a renda dos mais pobres ao diminuir o desemprego no curto prazo, porém não com mudanças diretas na inflação, e os resultados não são totalmente robustos.

Romer e Romer (1998) fizeram, para o longo prazo, uma análise de regressão em uma *cross section* de aproximadamente 70 países durante o período de 1983 a 1993 para analisar o efeito de taxas de inflação sobre pobreza e desigualdade de renda. Com relação a desigualdade de renda, no modelo em que incluem-se *dummies* de continentes como controles, o aumento de um ponto percentual na inflação média eleva o índice de Gini em

0,34 pontos percentuais. Na conclusão do trabalho, eles apontam que a análise sugere que a ênfase usual nos efeitos de curto prazo da política monetária sobre a pobreza é fundamentalmente equivocada. A política expansionista gera um efeito temporário apenas. Ademais, a política monetária que visa inflação baixa e demanda agregada estável é a que mais provavelmente resultará em condições genuinamente melhores para os pobres no longo prazo.

Erosa e Ventura (2002) desenvolveram um modelo de equilíbrio geral dinâmico com agentes heterogêneos. Trata-se de um modelo de crescimento monetário baseado na diferença dos padrões de transações dos indivíduos. Nele, dada a diferença no acesso a mecanismos de compra entre os agentes ricos e pobres, os custos da inflação são maiores para os agentes com menor renda. Eles argumentam que os indivíduos ricos usam relativamente menos moeda, pois possuem um menor custo de consumo via crédito, e uma maior parte da renda alocada em investimentos, enquanto que, os pobres têm uma maior parcela da sua riqueza em ativos líquidos. Trata-se do raciocínio de que quem tem maior renda consegue um acesso maior e mais barato a serviços financeiros. Nesse modelo, a inflação se comporta como um imposto não-linear sobre o consumo.

Albanesi (2007) comparou dados de vários países no período pós guerra. Ela propõe um modelo que torna a política econômica (monetária e fiscal) endógena, adicionando um mecanismo político no modelo, e em que a desigualdade é uma função crescente de diferenças permanentes e exógenas da produtividade do trabalho. O conflito na determinação de escolha da política fiscal se dá por meio de uma barganha entre agentes pobres e ricos. O conflito envolve o financiamento dos gastos governamentais via emissão de moeda, ou via impostos sobre salários. Caso o financiamento seja via emissão de moeda, a parcela mais pobre da população sofre mais, pois mantém mais moeda em relação aos gastos. Os resultados indicam que a inflação está positivamente relacionada ao grau de desigualdade de renda, e possui impactos distributivos parecidos com um imposto regressivo.

Al-Marhubi (1997) realizou uma pesquisa no sentido contrário, avaliando o impacto da desigualdade de renda na inflação. Estimando um modelo de Mínimos Quadrados Ordinários em análise de dados em *cross section*, o autor utilizou variáveis como: desigualdade de renda e inflação, abertura da economia e instabilidade política. Dolmas, Huffman e Wynne (2000) também elaboraram um modelo baseado em análise de dados em *cross section*, e interpretando com a causalidade oposta a relação positiva entre inflação e desigualdade de renda. Essa linha de raciocínio é originada de modelos de economia política, com a presença de variáveis institucionais, como a independência da autoridade monetária (Banco Central). A instabilidade política como fator gerador de conflitos na sociedade resultaria na adoção de políticas populistas que impactam na inflação. Os resultados mostraram que aumentos na desigualdade de renda estão ligados com aumentos na inflação, e democracias que possuem maior independência da autoridade monetária também apresentam menor inflação.

Jin (2009) analisou a relação entre inflação, crescimento e desigualdade de renda utilizando um modelo de crescimento endógeno com variáveis capital e qualificação diferentes. A conclusão mostrou que o aumento da taxa de crescimento da moeda no longo prazo aumenta a inflação e reduz o crescimento. Com relação à desigualdade, o efeito foi relativo. Quando a heterogeneidade dominante entre os indivíduos é na habilidade ocorreu aumento na desigualdade. Quando a heterogeneidade dominante é no capital, a desigualdade diminui.

O caso do Brasil é muito interessante para o estudo dessa relação, já que o país apresentou elevadas taxas de inflação e desigualdade durante sua história. Segundo Barros (2006), a queda da inflação no Brasil possui o efeito de frear a perda de poder de compra de salários e transferências não indexadas.

### 3 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA INFLAÇÃO NO BRASIL

O Brasil sofreu com inflação alta em vários momentos de sua história. A seguir, análise do período de 1947 (início da série histórica do índice IGP-DI) até 1994. Este período compreende os governos Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964), Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Figueiredo (1979-1985), José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994).

Iniciando com a análise do período de 1945 até 1960, segue o gráfico da evolução do IGP-DI no período.

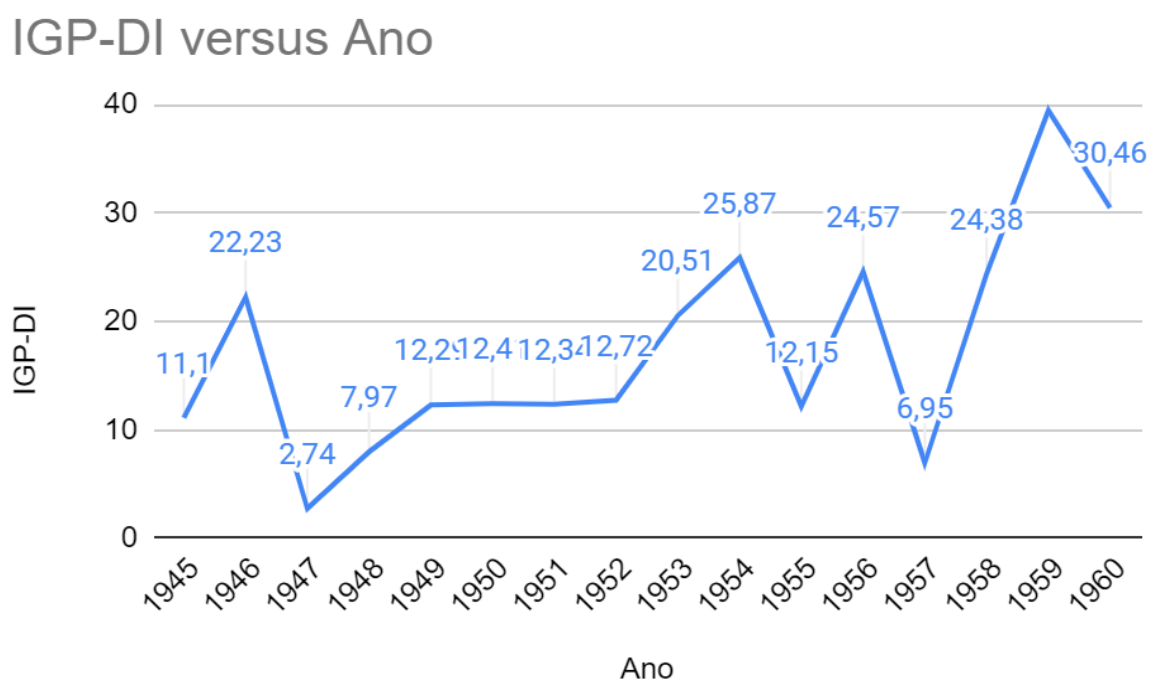
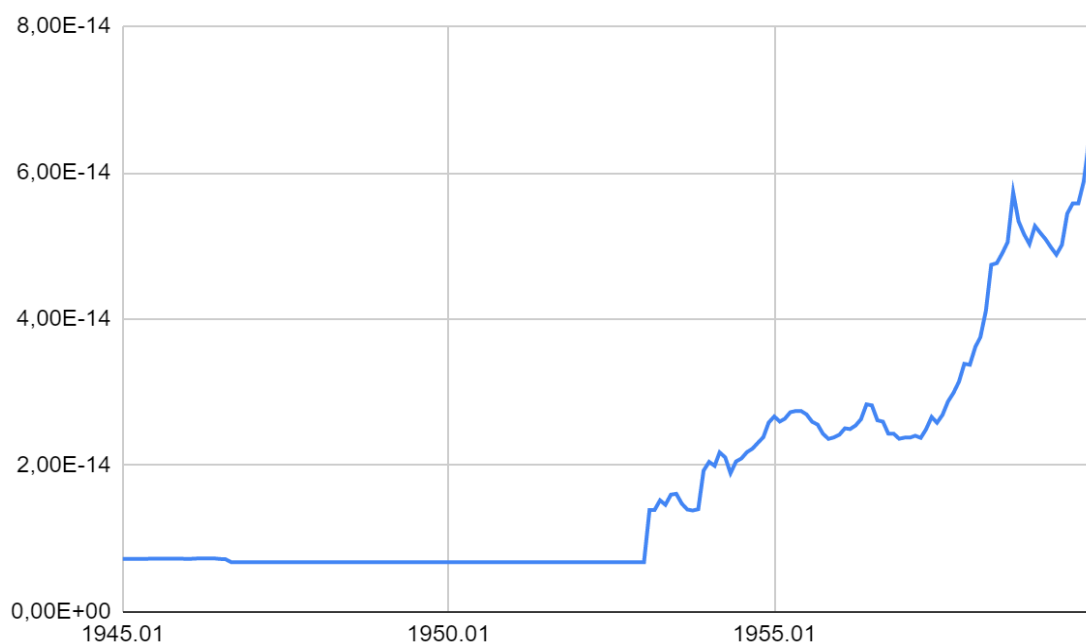


Figura 1 – Elaborado pelo autor. Fonte de dados: IBGE.

Quando o governo Dutra assume, decide-se por manter uma taxa de câmbio fixa, porém valorizada. Entre janeiro de 1946 e julho de 1947, com a taxa valorizada, buscou-se a redução da inflação, a importação de bens de capital a um preço mais baixo para repor o parque industrial obsoleto e suprir a demanda reprimida anteriormente com a retirada das restrições às importações. Porém, após o crescimento acelerado do volume de importações, as reservas internacionais brasileiras caíram drasticamente, fazendo com que em agosto de 1947, o governo Dutra implementasse novamente restrições às importações, mas mantendo a taxa de câmbio fixa e valorizada. Foram incorporadas licenças para importar (cotas), ou seja,

restrições quantitativas. Essa política cambial durou até outubro de 1953. Dessa forma, houve seletividade das importações, quanto mais o produto era supérfluo e mais era produzido internamente, maior seria sua cota para dificultar sua importação. Portanto, gerou-se efeito sobre a indústria e sobre a economia: câmbio fixo valorizado gera efeito subsídio para a indústria e a seletividade gera efeito proteção, que conseqüentemente gera efeito lucratividade na indústria nacional. Pelo lado negativo, destaca-se o desfavorecimento das exportações e o custo de fiscalização. Segue o gráfico da taxa de câmbio nominal no período:



*Figura 2 – Elaborado pelo autor. Fonte de dados: IPEA.*

Outra medida do governo Dutra foi a criação do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) que não foi um plano que teve resultados práticos, pois não havia fontes de financiamento para ele. Mas foi o primeiro plano oficial que demonstrou uma preocupação importante aos gargalos da economia brasileira, pois precisava-se de mais infraestrutura para acompanhar o crescimento do setor industrial. De forma geral, o governo Dutra buscou realizar uma política relativamente contracionista, reduzindo a inflação e os gastos públicos. (Cardoso, 2013).

Em 1950, Vargas assume novamente, mas dessa vez através do voto popular. No fim do governo Dutra, houve uma retomada do processo inflacionário, então buscou-se no primeiro momento do mandato realizar um controle das finanças públicas por meio de restrições à política monetária. Mas a segunda parte do mandato foi marcada por empreendimentos de infraestrutura usando capital externo, provocando o aumento do crédito destinado às atividades econômicas, déficit nas contas públicas e colapso cambial. Esses acontecimentos geraram a aceleração da inflação. Os principais pontos do segundo governo Vargas foram a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a criação do BNDE, da Petrobrás e



Eletrobrás incentivadas pelo viés nacionalista. Em outubro de 1953, acontece uma reforma cambial. Desde 1947 o câmbio estava fixo e valorizado. O Brasil então passa a se preocupar com a questão cambial devido à dificuldade encontrada pelo setor exportador e prejuízos da balança de pagamentos. Era necessário algo que pudesse continuar incentivando a indústria, mas não em detrimento da balança de pagamentos. Foi adotado então o regime oficial de câmbios múltiplos (instrução 070 da SUMOC – Superintendência de moeda e crédito). Os câmbios múltiplos eliminaram as cotas de importação. Havia uma série de câmbios, para cada tipo de operação, portanto a política cambial fica mais complexa. A nova política cambial era feita via controle de preço que gera receita ao governo, continuando a proteção para os setores e produtos essenciais, mantendo o efeito subsídio e efeito proteção para a indústria. O ponto negativo foi que as taxas de exportação continuaram baixas, desfavorecendo os exportadores, o que acabou provocando instabilidade política e problemas na balança comercial. Essa política cambial permanece até 1957 no governo JK. (ABREU, 1990).

Se tratando de aspectos políticos, em agosto de 1954, Carlos Lacerda (opositor de Vargas) foi ferido em um atentado na Rua Toneleros no qual morreu Rubens Vaz, major da Força Aérea. As investigações apontaram para Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial de Getúlio Vargas. As oposições se articularam exigindo a renúncia de Vargas. Na iminência da crise, Getúlio Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954. O vice-presidente Café Filho assumiu a presidência. A principal medida econômica no governo Café Filho foi a instrução 113 da SUMOC que facilitou a entrada de capital estrangeiro com objetivo de avançar o processo de industrialização e incentivar a vinda das empresas multinacionais, de modo que para importar máquinas e equipamentos, elas não precisassem passar pelo leilão de câmbio da SUMOC. Nas eleições seguintes, Juscelino Kubitschek (JK) foi eleito para presidente.

Entre 1956-1960, JK incentivou ainda mais a entrada de capital estrangeiro. Os 4 pontos mais importantes de seu governo foram: Lei de tarifas: introdução de um sistema de proteção específico via tarifas que estabelecia tarifas *ad valorem* que variavam de 0 a 150 por cento, produtos definidos por categorias (determinadas pelo conselho de política aduaneira) com o mesmo esquema do mais essencial menor tarifa; Lei do similar nacional: se tivesse um produto que fosse produzido internamente que fosse suficiente para responder a demanda interna, seria proibido a importação deste produto; Plano de metas: contava com trinta metas mais a meta síntese (construção de Brasília) - será detalhado mais adiante - ; Reforma cambial (1957): feita com o objetivo de simplificar o regime de câmbios múltiplos, simplificando os câmbios para importação e racionalizando melhor a proteção à indústria nacional. (BAER, 1996).

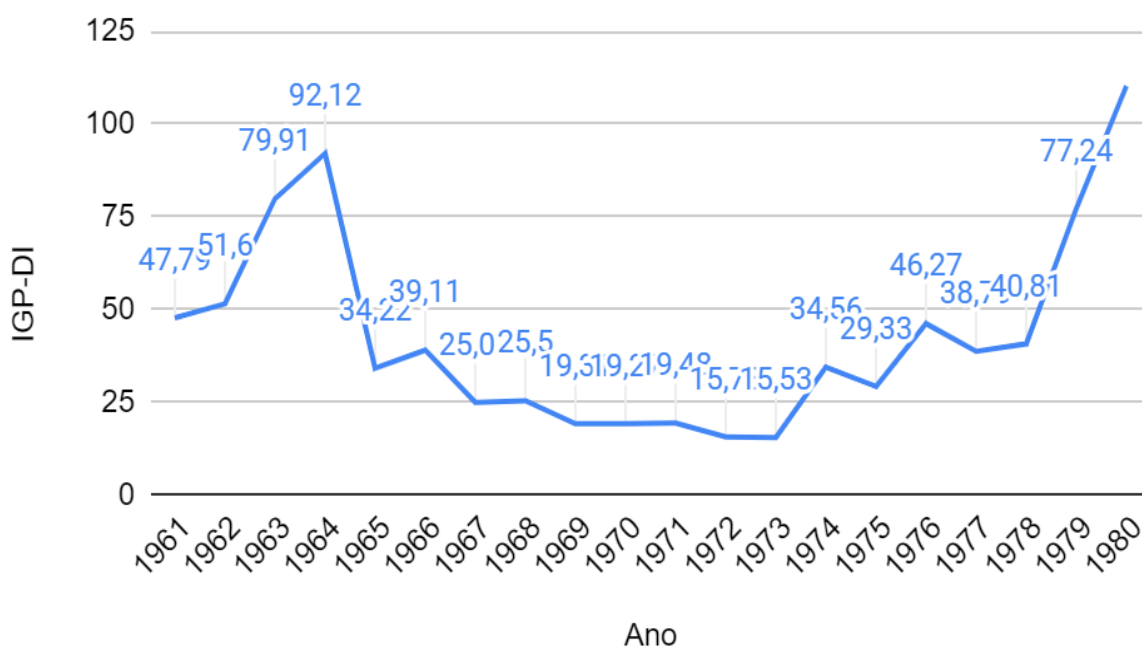
Até JK tomar posse, a política industrial era pautada praticamente pela política cambial. Porém, os exportadores ainda foram prejudicados por esse regime cambial, e os esforços do governo para evitar a desvalorização da moeda no mercado livre levaram à perda de reservas. Outro ponto do governo JK é a questão do setor industrial passar pela primeira vez na história a participar relativamente mais que a agricultura no PIB.

O plano de metas foi o plano mais completo e coerente de investimentos realizados até então na economia brasileira, e foi também um plano muito ambicioso, cujo slogan era “Cinquenta anos em cinco”, e representou o auge do nacional desenvolvimentismo no Brasil. A proposta principal era coordenar investimentos públicos e privados em setores estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. Suas principais características eram: profundo comprometimento com o cumprimento das metas, atacar fraquezas que impediam o crescimento brasileiro, divisão em 30 metas mais a meta síntese, que era a construção de Brasília.

Os principais resultados positivos do plano de metas foram: crescimento de mais de 20% do setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis; grande crescimento da economia no período, a taxa de crescimento média do PIB no período foi de 8,1% ao ano; provocou uma mudança estrutural importante na indústria que passou a ser o setor mais dinâmico da economia; setor de transporte se destacou bastante já que ultrapassou a meta de construção de rodovias, e o setor de energia atingiu 85% do que foi planejado. Já os pontos negativos foram: grande crescimento da dívida pública, tanto interna (grandes gastos) quanto externa (empréstimos); aceleração da inflação causada pela junção de entrada de capital financeiro internacional, emissão de moeda, déficit público, crédito e leilões que geraram uma monetização grande. (BAER, 1996).

Jânio Quadros venceu as eleições em 1960. João Goulart foi eleito vice-presidente. No início de 1961, Jânio Quadros foi o primeiro presidente da República a ser empossado em Brasília, a nova capital do país. Apesar da herança qualitativa boa, tem-se uma herança econômica negativa: inflação crescente, crise fiscal, crise do setor externo, crise do setor agrícola devido à estagnação das exportações. A seguir, segue o gráfico da evolução do IGP-DI entre 1960 e 1980.

## IGP-DI versus Ano



*Figura 3 – Elaborado pelo autor. Fonte de dados: IBGE.*

Jânio promoveu três políticas econômicas importantes durante seu governo. A primeira delas foi uma nova reforma cambial (março) para simplificar de forma contundente o mercado cambial cujos principais objetivos eram: desvalorizar o câmbio e dar um alívio ao setor externo já que se tinha a imensa necessidade de entrada de capitais estrangeiros. A segunda medida de destaque foi a Política Externa Independente, que promoveu maior contato com a China, Cuba e União Soviética, o que causou relações conturbadas com os Estados Unidos. A última delas foi a renegociação da dívida externa com credores norte-americanos e ingleses, além de organismos financeiros internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Nacional). Porém havia inúmeras insatisfações no governo de Jânio Quadros que levaram à sua renúncia. João Goulart era do partido de oposição e não tinha apoio para tomar posse. Para permitir a posse do então novo presidente foi imposto o abandono do sistema presidencialista e adoção do regime parlamentarista, com Tancredo Neves como primeiro ministro.

A principal política do governo João Goulart consistiu no lançamento do Plano Trienal (30 de dezembro de 1962). Os principais pontos do plano trienal eram: resposta ao baixo crescimento e a alta inflação; metas decrescentes de inflação em 1963, 1964 e 1965; meta de crescimento anual 7% em média. Os objetivos seriam alcançados por meio do controle do déficit público e controle da expansão monetária, mas não foi colocado efetivamente em prática por causa da instabilidade política e problemas econômicos crescentes. A economia ia mal, a inflação estava crescendo, o crescimento era bem menor do que nos outros períodos.

Entre o final de janeiro de 1961 e 31 de março de 1964 o Brasil viveu um período de alta turbulência política, tendo a única experiência parlamentarista da era republicana. A instabilidade no comando da política econômica contribuiu para a perda progressiva do controle sobre a inflação e outras variáveis macroeconômicas. Um quadro no qual se intensificaram tensões que já estavam presentes desde os anos 1940 e 1950. Foi também um período de aguda, porém breve, desaceleração econômica, o qual teria contribuído para consolidar certos elementos do consenso expansionista que caracterizou a política econômica brasileira até seu esgotamento nos anos 1980 (ABREU, 1990).

O primeiro presidente militar foi Castello Branco, nomeado indiretamente pelo Congresso. Governou de abril de 1964 até março de 1967. O contexto que Castello Branco assume era ampla aceleração da inflação e desaceleração do crescimento. O PAEG (Plano ou programa de ação econômica do governo) foi lançado logo em seguida à sua posse. O principal objetivo do PAEG era a estabilização gradual dos preços, para retomar o crescimento e dar legitimidade ao Regime Militar. Era composto de medidas heterodoxas e ortodoxas. De acordo com Cardoso (2013), foi considerado o plano mais bem sucedido de estabilização de preços até a época. O PAEG fez reformas institucionais importantes em termos de mercado financeiro, autoridade monetária, aumento da poupança interna, juntamente com a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Através do

sistema financeiro habitacional deu estímulo à construção civil. Buscou atenuar as desigualdades regionais, criou a Zona Franca de Manaus. Ademais, buscou corrigir déficit na balança de pagamentos, adotando uma política cambial de câmbio desvalorizado, favorecendo as exportações e estimulando a entrada de capitais estrangeiros.

Também foi feita a introdução dos juros seguidos de correção monetária para os títulos públicos do governo, criando as ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) para encontrar maneiras de financiar o déficit público sem emitir moeda. Dessa forma, ter um canal menos ativo para a inflação, já que títulos mais atrativos ajuda o governo financiar seu déficit sem emitir moeda, de forma não inflacionária (tira moeda da economia vendendo título). Porém isso tem um forte problema: indexação. O PAEG diagnosticou a inflação brasileira como de demanda, desconsiderando a inflação de oferta e de custos. Adotou-se uma política fiscal contracionista, com o propósito de reduzir o déficit público, controlando canais de déficits para combater a inflação e elevando a receita pública pelo aumento dos impostos. A política salarial consistiu em arrocho salarial dos trabalhadores causando perda do poder de compra real do salário mínimo, agravando a desigualdade de renda. Em março de 1967 sai Castello Branco.

No início de 1967, o marechal Artur da Costa e Silva foi escolhido presidente da República de forma indireta pelo Congresso Nacional, que contava com apenas dois partidos políticos: Arena e MDB. Após decretar o AI-5, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral. O general Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência, após uma junta militar que governou durante um tempo.

Do ponto de vista econômico, as condições mais favoráveis como inflação mais baixa (desacelerando gradualmente – atingiu patamar inferior a 20%) e retomada ascendente do crescimento, herança do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) deram as sustentações para o chamado milagre econômico. Com o PAEG (e o Plano de Metas) a indústria estava com grande capacidade ociosa, a inflação de demanda controlada, o resto da inflação era de custos para o crescimento, era necessário estimular a demanda.

Em 1972, adiciona-se medidas com o que já estava em andamento, criando-se o I PND (Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento), que abrangeu o triênio de 1972-1974. Os objetivos do I PND eram promover crescimento, dar legitimidade política ao governo, criação de empregos, conter o resíduo inflacionário (inflação de oferta e de custos, que não foram combatidas no PAEG), aumentar e diversificar exportações, estimular investimentos do setor privado.

A política monetária e de crédito foram bem expansionistas no período. Houve expansão monetária, expansão de crédito (principalmente pelo BNDE), concedendo crédito especial à agricultura, consumo, exportação, incentivo ao setor exportador com crédito, subsídio de IPI de produtos voltados à exportação (manufaturados), e também aumento do crédito ao consumidor junto com linhas de créditos específicas para certos setores e regiões. A política fiscal por outro lado não foi tão expansionista, continuou tendo a ideia de racionalizar

gasto de custeio, ampliar e criar impostos, mas também houve forte aumento do investimento público, tanto de orçamento como de empresas estatais. A conjuntura externa do período também foi muito favorável, os juros estavam baixos no mercado de crédito mundial. Todos esses fatores fizeram com que a economia crescesse, com aumento grande da produção e entrada de capital estrangeiro.

A conquista do tricampeonato da copa do mundo de futebol em 1970 no México (reforçando o clima de euforia e a imagem do Brasil para os porta-vozes do discurso oficial), o surgimento da TV em cores, o fechamento do acordo de ITAIPU foram alguns outros acontecimentos de destaque nesse período dos pontos de vista político, social e econômico. O destaque negativo foi o aumento da dívida. Ademais, nos anos seguintes, o primeiro choque do petróleo em 1973 (Brasil importava 80% do petróleo que consumia) e a quebra da safra agrícola atrapalharam a manutenção do crescimento.

Em março de 1974, Médici foi substituído por Ernesto Geisel. O principal projeto do novo governo foi realizar a abertura política e o processo de redemocratização de forma “lenta, gradual e segura”, de acordo com as palavras de Geisel. Porém, o cenário que Geisel assume era bem desafiador do ponto de vista econômico. O principal plano econômico do seu governo foi o II PND. Foi lançado oficialmente no final de 1974, e se assemelhava ao Plano de Metas. Atacando gargalos estruturais, reestruturando a oferta e atacando setores estratégicos (energia e transporte). No II PND, havia três fontes de financiamento na seguinte ordem: capital nacional estatal – o que tornava o plano altamente estatizante, capital estrangeiro, capital nacional privado.

O II PND foi criado para realizar uma reestruturação da oferta, realizando ajustes graduais e lentos no setor causador da inflação, setor petrolífero. A ideia era continuar a crescer com o apoio externo, expandir a oferta (lidando com os gargalos) e ao mesmo tempo expandir a demanda com o aumento de gastos (investimento), diversificando a oferta e as exportações. Quanto aos resultados do II PND: resultado satisfatório em relação ao crescimento da economia; realização de investimentos nos setores de transporte e energia; exportações aumentam e se diversificam no período; avanços qualitativos na indústria. De maneira geral, os objetivos são cumpridos. (BAER, 1996).

Com relação às críticas ao II PND, destacam-se: crescente renúncia fiscal do governo, aumento dos gastos, comprometendo a balança comercial. Piora constante do déficit público nesse período com maior emissão de títulos, aumentando o endividamento interno. Além disso, o aumento significativo da inflação, ilustrado na Figura 2, a inflação saiu da ordem de 22,7% (em 1973) para mais de 90% em 1980. (BAER, 1996).

Em março de 1979, Geisel sai do governo. E então se entra na década de 1980 que ficou conhecida como a década perdida, devido ao colapso econômico que aconteceu na economia brasileira e a total perda do controle da inflação. O último presidente militar foi o general João Batista Figueiredo, que assumiu em março de 1979. O segundo choque do petróleo gerou efeito negativo na balança comercial. Transações correntes muito baixas

explicitam mais a dependência do Brasil em capitais estrangeiros para fechar a balança, porém há um extremo enxugamento de liquidez externa. Aprofunda as dificuldades brasileiras em relação ao setor externo. Fatores climáticos levaram a quebra na produção agrícola, obrigando o Brasil a importar produtos básicos, pressionando a inflação e aumentando a dívida externa brasileira.

A seguir, segue o gráfico da evolução do IGP-DI entre 1980 e 1994:

### IGP-DI versus Ano

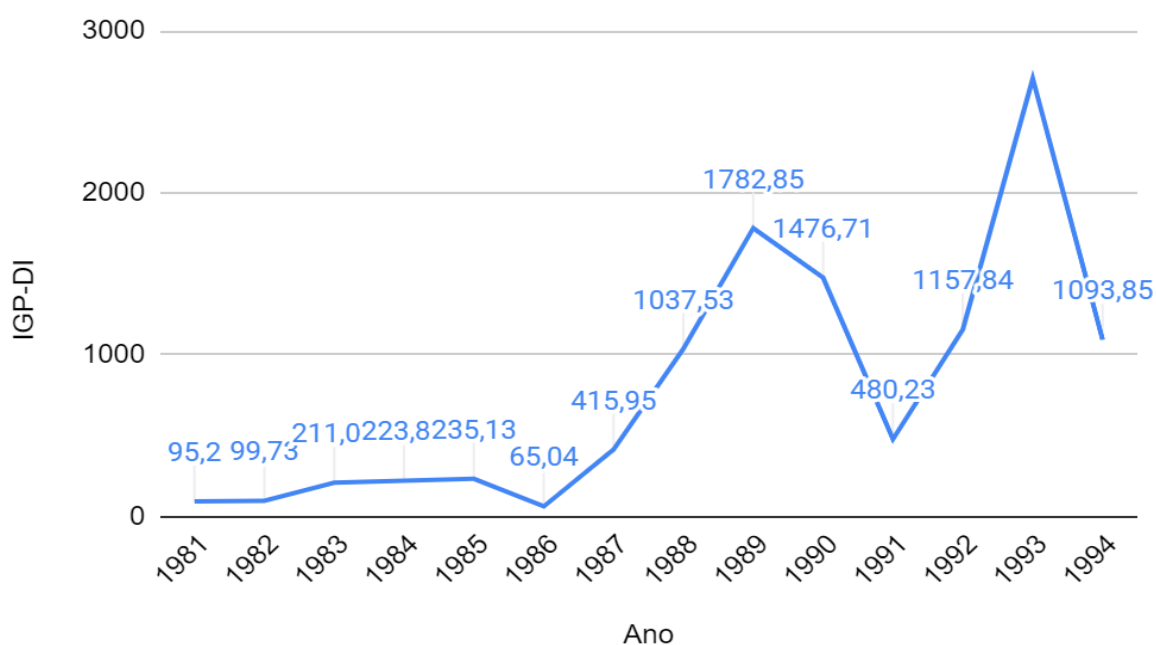


Figura 4 - Elaborado pelo autor. Fonte de dados: IBGE.

Em setembro de 1982, o México declara moratória e dificulta ainda mais a entrada de capitais no Brasil, pois os bancos internacionais passaram a temer o mesmo comportamento por parte do Brasil. Em 1983 ocorre um salto da inflação – passa da casa dos 100% para 200%. O Governo recorre ao FMI, que exige uma série de contrapartidas e assina uma carta de intenção. O desequilíbrio interno aumentou, apesar do controle do setor externo e o Brasil acabou não cumprindo parte do acordo, apenas parcialmente através do ajuste do setor externo. Em 1984 o crescimento é retomado devido ao aumento da demanda pelas exportações brasileiras, apesar da inflação descontrolada. (CARNEIRO, 2014).

Acaba-se o período do Figueiredo, que em abril de 1985 entrega a presidência a José Sarney, já que o presidente eleito Tancredo Neves acaba falecendo antes de assumir. O governo Sarney (1985-1990) tinha como principal prioridade o combate à inflação. O Ministro da Fazenda escolhido inicialmente foi Francisco Dorneles, acompanhado do Ministro do Planejamento, João Saide. Buscou-se inicialmente implementar um plano mais

ortodoxo para combater a inflação baseado nas medidas tradicionais como: contenção dos gastos públicos (política fiscal mais restritiva), proibição de aumento para o funcionalismo público, desvalorização cambial para melhorar a situação das contas externas e política monetária mais restritiva. O plano, no entanto, demonstrou dificuldades muito grandes de conter a inflação. Tendo em vista a falha contundente do plano, foram aplicadas medidas de controle de preços em alguns serviços públicos (medida de cunho mais heterodoxo), o que acabou causando deterioração da saúde das empresas estatais, que já estavam ruins por conta da situação fiscal do governo.

Entra no ministério da Fazenda, no segundo semestre de 1985, Dilson Funaro, que lança o Plano Cruzado. O Plano Cruzado chamava-se assim devido à troca de moeda. Acreditava-se que com a nova moeda, haveria uma “nova era” (impacto psicológico importante de recomeço, nova etapa da economia brasileira). Maior facilidade contável (menos 0's), uma unidade de cruzado equivalia a 1000 unidades de cruzeiro. As principais medidas do plano Cruzado foram: congelamento da taxa de câmbio; controlar a inflação por meio de um choque heterodoxo; congelar preços de maneira geral, como salários e aluguéis (somente depois da conversão da moeda e o congelamento da taxa de câmbio). Acreditava-se que congelar os preços e mantê-los congelados por um período de tempo considerado satisfatório, faria com que as expectativas se realinhassem, havendo um período de transição, os preços se alterariam, porém não haveria mais memória inflacionária. A principal medida de combate à inflação inercial foi o choque heterodoxo. Outra alteração foi a mudança da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) (1964) para a OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), o governo buscava uma medida para tentar não alimentar mais a inflação. A ideia também era frear o mecanismo de indexação da economia, realinhando as expectativas dos agentes. Foi estabelecido também o chamado gatilho salarial, que estabelecia que cada vez que a inflação acumulada alcançasse 20%, isso faria com que os preços, salários, aluguéis, se reajustassem automaticamente. Enquanto o plano conseguisse segurar a inflação abaixo de 20% acumulada, isso funcionaria bem. Quando o plano alcançasse 20%, o gatilho seria disparado e os preços em geral seriam reajustados em 20% e acabava-se com o congelamento. Quando o gatilho disparou pela primeira vez em janeiro de 1987, onze meses depois, a inflação disparou e foi o fim – não oficial – do plano cruzado. Depois disso foi muito difícil reter a inflação. (MODIANO, 2014).

Os principais problemas do plano foram: o plano focou na inflação inercial, e negligenciou o combate à inflação de demanda; congelamento feito por tempo indeterminado; os preços do setor público foram congelados defasados, o que significava que havia preços relativos distorcidos. Elaborou-se então o Plano Cruzadinho (emenda ao plano cruzado – anexo). Tratava-se de um plano paliativo, lançado em julho de 1986. Ficou em vigor até outubro de 1986. Objetivo oficial: desaquecer o consumo e melhorar a situação fiscal do governo. A medida mais importante do plano foi o estabelecimento de empréstimos compulsórios sobre a aquisição de alguns bens. Produtos englobados: gasolina, automóveis e viagens internacionais. Os empréstimos compulsórios encarecem o preço desses produtos, diminuíram seu consumo, forçaram uma poupança interna e melhoram temporariamente (pelo menos no curto prazo) a situação fiscal do governo, que poderia utilizar esses recursos para

outras coisas. Porém, essa medida aumentava o preço final dos produtos e acelerava a inflação, mesmo durante o congelamento. (MODIANO, 2014).

Posteriormente, é lançado o Plano Cruzado II, que durou de novembro de 1986 até abril de 1987. Objetivo principal era melhorar a situação fiscal do governo. Houve aumento de arrecadação do governo através de reajuste de preços de algumas tarifas públicas e aumento de impostos, principalmente IPI de cigarros, bebidas e automóveis, sendo mais uma medida de combate ao consumo. Consequências: aumento de preços desrespeita o congelamento, apesar de desacelerar o consumo. O congelamento vai se desfazendo e isso é perceptível pelos índices de inflação na época. Os preços tornam a subir e abandona-se o Plano Cruzado II. (MODIANO, 2014).

A situação fiscal do governo estava muito ruim: mesmo com o Cruzado II, ainda era precária. Em fevereiro de 1987, Sarney declara a moratória, estancando o pagamento (o Brasil não tinha mais como pagar a dívida) e propôs uma renegociação da dívida, para que o Brasil pudesse pagar em melhores termos. Gera uma crise muito grande, com piora de credibilidade. A popularidade de Sarney cai. Dilson Funaro sai do Ministério da Fazenda e assume Bresser.

É elaborado então o Plano Bresser (12 de junho de 1987 – dezembro de 1987) com o objetivo de fazer um ajuste emergencial para evitar a hiperinflação e reorganizar minimamente a economia brasileira. Medida mantida do Plano Cruzado foi o choque heterodoxo como medida de combate à inflação inercial – congelamento de preços e salários, mas agora por tempo determinado (diferente do Plano Cruzado), de 90 dias (três meses). Após os 90 dias passariam por uma fase de reajuste, de adaptação. Posteriormente, os preços seguiriam novas regras de ajuste salarial e recomposição de preços. Já em relação a medidas diferentes do Plano Cruzado: não houve mudança de moeda; medidas monetárias e fiscais bem definidas e bastante restritivas para controlar qualquer foco de pressão de inflação de demanda. A ideia era contrair a demanda agregada, desvalorizar o cruzado para melhorar o setor externo, promovendo as exportações, melhorando a situação da balança comercial. O câmbio não foi fixado, sofreu desvalorizações periódicas. Ademais, foi criada a URP (Unidade Referencial de Preços): indexador que seria utilizado para reajustar salário depois dos três meses de congelamento.

O congelamento durou 90 dias, durante esse período a inflação permaneceu baixa. Em maio, 28%, em junho 24%, julho 9%, agosto 4%, setembro 8%. Quando o congelamento acaba em outubro, os preços começam a aumentar. A inflação cresce constantemente, alcançando mais de 20% em dezembro. Os problemas eram cada vez maiores, a inflação atinge em 1987 mais de 400%. O crescimento também havia sido bastante baixo, em torno de 3%, diferentemente de 1984, 1985 e 1986, por causa das políticas restritivas monetárias e fiscais.

Após a saída de Bresser, entra Maílson da Nóbrega no ministério da Fazenda em janeiro de 1988. Foi criada então a Política do Feijão com Arroz, onde se focou em políticas ortodoxas tradicionais, monetárias e fiscais restritivas, ligadas ao combate da inflação de



demanda. Gerou um impacto sobre o baixo crescimento do período, além de impacto recessivo sobre a renda e a renda per capita, mas não teve impacto desejável sobre o combate da inflação. A principal crítica foi a ausência de medidas para combater o componente inercial da inflação.

Foi preciso então outro plano para tentar contornar a situação, e então foi lançado o Plano Verão em janeiro de 1989. Principais medidas: incorpora a ideia de inflação inercial e contempla medidas de combate a essa inflação, além de medidas de combate à inflação de demanda (plano híbrido, semelhante ao Plano Bresser); mudança de moeda, muda-se de cruzado para cruzado novo (fica em vigor durante um ano), na proporção de um para mil, ou seja, um cruzado novo equivalente a mil cruzados. Em relação às medidas de combate à inflação inercial, foi utilizado choque heterodoxo por meio de novo congelamento de preços e salários por tempo indeterminado, assim como aumento salarial antes do congelamento, como havia acontecido no Plano Cruzado. A política monetária foi bem restritiva com aumento da taxa de juros (duplo objetivo: combate à inflação e ajuda mais o setor externo, atraindo capital estrangeiro) e aumento do compulsório dos bancos (diminuindo a base monetária circulante e, com isso, a oferta de moeda – menos moeda em circulação). No entanto, o governo permitiu o reajuste de alguns preços (pois o congelamento era por tempo indeterminado), juntamente com aumento dos gastos, causando perda de credibilidade e o fracasso de mais um plano, o Plano Verão.

O fim oficial do plano se dá quando entra Collor e coloca em prática o Plano Collor I. As eleições de 1989 contaram com diversos candidatos, Collor foi eleito no segundo turno. Ele assumiu em março de 1990, e lançou o Plano Collor I nos primeiros momentos de seu mandato.

Várias medidas do plano estavam ligadas ao consenso de Washington, como: disciplina fiscal; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; liberalização financeira; incentivo à entrada de capital externo e privatizações; diminuir burocracia; entre outras.

As principais medidas do Plano Collor podem ser divididas em cinco pilares: 1) Monetário financeiro – troca de moeda, cruzado novo para cruzeiro, mas dessa vez na proporção de 1:1, e o confisco dos saldos financeiros para reduzir a liquidez. 2) Fiscal- eliminação de incentivos fiscais, criação de novos impostos no setor financeiro, criação de um novo indexador, reajuste de tarifas públicas. 3) Inercial- mecanismo oficial, mais forte de combate: choque heterodoxo, através do congelamento de preços e salários. 4) Cambial - câmbio livre, mas a ideia era mantê-lo desvalorizado (taxa de câmbio mais competitiva para aumentar as exportações), não era uma flutuação limpa. O objetivo era permitir maior acesso ao mercado internacional, abrir mais a economia, criando maiores relações, melhorando a situação tecnológica do país e ajudando na atração de capitais estrangeiros. Condizente com o que pregava o consenso de Washington. 5) Reformas – reforma administrativa (extinguir órgãos e reduzir ministérios), reforma patrimonial (privatizações), reforma econômica (abertura comercial). Resultados do Plano Collor I: consegue reduzir drasticamente a liquidez

em um primeiro momento, abaixando a inflação por certo período de tempo (dois meses) para 9%, 8%, depois volta a subir de novo a partir do fim do congelamento culminando em 17% a.m. em dezembro. Não quebra o mecanismo inercial e não consegue controlar de forma sustentada a inflação. Gerar o superávit fiscal também não foi alcançado, além de diminuição de empregos e inflação acelerando.

A economia entra em uma recessão e a receita de impostos do governo piora contundentemente. Ao final de 1990, já havia ideias de remendo do plano por causa desses resultados ruins. Essas ideias viraram realidade no Plano Collor II, lançado no dia 31 de janeiro de 1991. Os objetivos eram controlar a inflação e salvar as contas públicas. Medidas tomadas: congelamento de preços e salários por tempo indeterminado, continuou não havendo planos para descongelar; extinção oficial do overnight e do indexador da dívida pública, as BTNs (Bônus do Tesouro Nacional, que olhava a inflação passada); melhorar a questão fiscal; tentativa de controle dos gastos estatais e de reajuste de tarifas públicas.

Este período é conhecido na literatura econômica histórica brasileira como choque externo positivo. Cinco medidas importantes para configurar esse choque: 1) renegociação de parte do principal da dívida brasileira e postergação do prazo de pagamento, principalmente com credores privados; 2) Plano Brasileiro de Financiamento – renegocia 40 bilhões da dívida, mais ou menos um terço do que era a dívida, melhorando prazos e parcelas; 3) começa as negociações que desencadeariam o plano Brady, que tinha a ideia de resgatar as dívidas de países latino americanos; 4) Moeda mantida desvalorizada para atrair mais capital estrangeiro e aumentar as exportações, melhorando a balança comercial; 5) Aumento da taxa de juros, para controlar parte da inflação de demanda e atrair mais capital estrangeiro. Tem-se uma condução mais responsável da economia nesse período dentro do que era possível.

Em meio à denúncias contra Collor, a população vai às ruas vestida de preto, com as caras pintadas de verde amarelo, em um movimento conhecido como caras pintadas (segundo movimento mais popular que o Brasil já teve, depois das Diretas Já). Deu início o processo de *impeachment*. No dia 29 de dezembro, a votação é levada para o senado e Collor é oficialmente afastado. Itamar Franco, vice de Collor, vira presidente oficial (1992 – 1994). Percebe-se que nenhum plano até esse momento havia conseguido quebrar a inércia inflacionária. Problemas estruturais e conflitos distributivos não foram resolvidos. Não se conseguiu atacar os desequilíbrios estruturais da economia, como, por exemplo, o déficit público que se agrava nessa época. O ajuste fiscal foi sempre insuficiente, em termos de magnitude e manutenção. Não houve reforma estrutural e permanente desses gastos.

Durante o governo Itamar, houve uma grande rotatividade de ministros, até Fernando Henrique Cardoso (FHC) entrar em maio de 1993, onde ficou até março de 1994 para concorrer às eleições presidenciais. O período FHC é o mais importante porque há o lançamento do Plano Real. O Plano Real se diferenciou dos demais e deu certo por diversos motivos, tanto externos, quanto internos, entre eles: equipe econômica competente; amadurecimento na compreensão dos problemas inflacionários; situação externa mais favorável; taxas de juros mais realistas; mais liquidez internacional e abertura comercial.

Ancoram-se os preços para baixo com o câmbio artificialmente valorizado. Também possibilitou a âncora monetária, que consistia em juros altos que controlavam a inflação e atrair capitais estrangeiros. A manutenção das âncoras era primordial para que a inflação se mantivesse baixa. Além disso, permitia que houvesse investimento estrangeiro direto, que ajudava nas privatizações (atraem capital estrangeiro, que ajudava a recompor reservas). (ABREU, 2014).

Outros pontos importantes diferiram o Plano Real dos outros planos, como: não houve surpresa, a maioria dos planos anteriores assustava os agentes com feriados bancários, trocando às vezes de moeda, declarando o congelamento depois, com novas regras. O Plano Real foi previamente anunciado e explicado. A proposta para combater a inflação inercial era a URV, que era a proposta modificada de moeda indexada. Usa-se mecanismo diferente de combate, consequência do amadurecimento que os planos errados permitiram. Já havia dez anos que a proposta Larida havia sido criada, então já havia tido tempo para que ocorressem discussões acadêmicas e melhores entendimentos. (ABREU, 2014).

O Plano Real foi composto por três fases: Primeira fase – PAI (Plano de Ação Imediata, Julho de 1993) – o principal objetivo era controlar os gastos do governo. Fase considerada parcialmente alcançada, um esforço que se mantém ao longo do tempo, com implicações importantes de médio e longo prazo. Segunda fase – URV (1º de março de 1994 – 30 de junho de 1994), a (URV: Unidade Real de Valor, ou, como é chamado por alguns livros, Unidade Referencial de Valor), era o mecanismo principal do plano real para combater a inflação inercial. A ideia era lançar uma nova moeda, essa nova moeda se tornaria o ponto de referência para essa economia, as pessoas aos poucos migrariam suas transações para essa nova moeda e essa nova moeda então surgiria sem a inflação. A URV só tinha uma função de moeda, que era a de unidade de conta. Não tinha a função de meio de troca nem de reserva de valor. Aconteceu um alinhamento de preços relativos mais eficientes, a transição foi feita de forma sustentada. Passa-se a converter os preços todos de URV para real, implementa-se a terceira fase. Terceira fase – lançamento da moeda real (1º de julho de 1994). As âncoras monetárias e cambiais passam a atuar a partir do lançamento da nova moeda. Eram a forma de combate permanente e duradoura da inflação da demanda que pudesse advir do plano real. Perspectivas e preços ancorados, diferentemente dos outros planos. (ABREU, 2014).

A âncora cambial tinha como objetivo a manutenção de um câmbio artificialmente valorizado. Ancorar os preços como mecanismo acessório, estabelecida uma taxa de câmbio abaixo do equilíbrio, próximo de uma unidade de dólar por apenas uma unidade de real no seu começo. A âncora monetária consistia em uma política monetária restritiva (controla inflação de demanda) por meio dos juros altos, para atrair capitais estrangeiros, que permite recompor as reservas que eram perdidas para a manutenção da âncora cambial. As âncoras conseguiram manter os preços baixos a médio e a longo prazo. O Plano Real foi fechado ainda sob a presidência de Itamar Franco. O Plano Real foi um plano híbrido, combatendo a inflação inercial e de demanda. FHC ganha notoriedade quando toma posse no ministério da Fazenda e o Plano Real e seu sucesso levam a sua vitória nas eleições de 1994.

## 4 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA DESIGUALDADE NO BRASIL

O estudo de Leite e Litchfield (2008) analisou mudanças na desigualdade no Brasil entre 1981 e 2004. Neste estudo, os autores realizaram uma divisão de três períodos e estágios principais: entre 1981 a 1989, entre 1989 e 1993; e entre 1993 e 2004. O trabalho tem como objetivo mostrar as principais variações do índice de Gini e buscar criar hipóteses que expliquem as principais razões para tais variações. Nos dois estágios iniciais, houve um aumento da desigualdade, sendo que no primeiro estágio houve um aumento estável, e no segundo, um aumento volátil com um pico.

As principais razões para o crescimento da desigualdade nos dois primeiros estágios, segundo os autores, foram o grande aumento da inflação e a expansão gradual dos níveis educacionais da força de trabalho, que levaram a um aumento da desigualdade de retornos, devido ao contexto de retorno marginal decrescente da escolaridade. No último estágio, a redução da desigualdade está relacionada ao fim da hiperinflação, a estabilidade econômica promovida pelo Plano Real, além de outros fatores importantes como: programas sociais de transferência de renda direta do governo às famílias de baixa renda e em situação de extrema pobreza de maneira direcionada, redução nas diferenças dos rendimentos dos vários níveis de educação e diminuição entre a desigualdade entre raças.

Leite e Litchfield (2008) analisando a decomposição da desigualdade, encontraram que a desigualdade como um todo é determinada principalmente pelo nível de escolaridade do chefe da família, cerca de 1/3 da desigualdade entre as famílias pode ser explicada por essa variável. Outras variáveis de destaque são raça (11% a 13%), área da família (5% a 17%), diferenças regionais (7% a 13%) e tipo da família (6% a 11%). Destaca-se também que a parcela da população que recebia uma renda adicional oriunda de programas sociais aumentou significativamente no período entre 1993 e 2004. Os principais programas foram o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação em 2000, e o Bolsa Família em 2003, que realizou a integração dos programas anteriores.

Soares (2006) utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) entre 1976 e 2004 para avaliar a desigualdade no Brasil. Ele concluiu que a queda da desigualdade neste período, têm como principais influências a desconcentração dos rendimentos do trabalho (via mecanismos como aumento do salário mínimo) e o programa Bolsa Família. Medeiros et al. (2014), utilizando também dados da Pnad e do imposto de renda, chegaram em resultados que indicam uma estabilização na queda da desigualdade. Os autores concluem que a concentração no topo manteve-se estável. Na parcela de 0% a 90% mais pobres, houve certa variação mas que acabou sendo anulada pela concentração no topo, resultando na estabilização.

## 5 METODOLOGIA

Neste presente trabalho, a metodologia utilizada será a estimação de duas regressões de dados em painel buscando avaliar e analisar o impacto da inflação sobre a desigualdade. Para coletar os dados da inflação, foi escolhido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conhecido como IPCA, medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O índice avalia a variação de preços para bens e serviços dentre a população que possui rendimentos mensais de 1 a 40 salários mínimos nas regiões urbanas. Ele é mais indicado em relação a outros índices, pois é mais focado em mudanças no custo de vida de uma grande parcela da população em termos de renda. O Índice Geral de Preços (IGP), que também é um índice muito conhecido e utilizado para muitos estudos, não foi utilizado para este trabalho, pois incorpora preços ao produtor e da construção civil, logo não se concentra na desigualdade entre os indivíduos e famílias, que é o principal interesse deste estudo. Os dados utilizados foram extraídos do site do Banco Mundial e do site IPEA data.

Para coletar os dados de desigualdade foi utilizado o Índice de Gini. O Índice de Gini é um número entre 0 e 1 (ou 0% e 100%), sendo 1 a maior desigualdade possível. O seu cálculo é baseado no diagrama da curva de Lorenz, que determina a distribuição da renda dos indivíduos de forma gráfica. Segundo Brown (1994), o índice também pode ser calculado através de uma equação que utiliza a proporção cumulativa da variável população e a proporção cumulativa da variável renda sobre uma quantidade de áreas.

Entre as vantagens deste índice estão: a simplicidade de cálculo, a facilidade de interpretação, e a comparabilidade entre grupos diferentes independente das especificidades de cada um, produzindo um resultado da desigualdade a nível agregado. Entretanto, a principal desvantagem é não indicar em qual parte da distribuição incide a desigualdade, dessa forma, duas distribuições de renda diferentes podem ter um índice semelhante.

Outro índice de desigualdade muito utilizado é o Índice de Theil. É um índice baseado na teoria da informação e proposto por Theil (1967). Ele possui como vantagem a facilidade de ser decomposto em partes menores, facilitando a análise da desigualdade regional. Contudo, sua interpretação é complexa e não apresenta comparabilidade entre grupos de tamanhos e estruturas diferentes. Logo, as características do Índice de Gini se encaixam melhor na elaboração e nas necessidades deste estudo.

O primeiro modelo estimado é uma regressão simples considerando apenas duas variáveis: inflação e desigualdade, sendo a inflação uma variável explicativa:

$$Desigualdade_t = \beta_0 + \beta_1 Inflação_t + \epsilon_t$$

O objetivo do modelo é buscar trazer uma interpretação direta e simples quanto aos efeitos da inflação sobre a desigualdade. Porém, é importante ressaltar que, um modelo

simples como esse, apresenta um problema de endogeneidade com variáveis omitidas, pois outros fatores que impactam a desigualdade não estão incorporados no modelo. Para medir a inflação foi utilizado o IPCA e, para a desigualdade, foi utilizado o índice de Gini.

O segundo modelo proposto neste estudo incorpora outra variável:

$$Desigualdade_t = \beta_0 + \beta_1 Inflação_t + \beta_2 PIB_t + \epsilon_t$$

Foi utilizado o crescimento econômico, medido pelo PIB (Produto Interno Bruto), como a segunda variável explicativa. O crescimento econômico está associado à produtividade, ao nível educacional e demais outros fatores que estão relacionados com a desigualdade. Logo, incorporando o crescimento econômico, parte do problema de endogeneidade é resolvido, entretanto, o problema continua existindo, pois outras variáveis continuam omitidas.

Outras diversas variáveis foram consideradas para o estudo e a criação de outros modelos, como a taxa de desemprego, por exemplo, mas não havia dados suficientes disponíveis. Outros modelos também foram testados incluindo variáveis econômicas como a taxa de juros básica (Selic) e a taxa de câmbio, porém não apresentaram robustez estatística suficiente após estimativas empíricas.

Outros possíveis problemas que são importantes mencionar ao analisar os resultados dos modelos, são: o tamanho da amostra e em relação à simultaneidade. A amostra selecionada é entre os anos de 1995 e 2020, portanto trata-se de um espaço amostral com observações não numerosamente grandes, impactando na robustez das estimativas e podendo provocar inferências imprecisas. Com relação a simultaneidade, o sentido da causalidade entre as duas variáveis não é bem definido, tanto a desigualdade pode afetar o crescimento, quanto o crescimento afetar a desigualdade. É fundamental ter cautela com os resultados encontrados.

## 6 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

A seguir, as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo, durante o período entre 1995 e 2020, segundo dados do Banco Mundial e do IBGE:

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Máx.
IPCA	26	0,0682346	0,0403318	0,0165	0,2241
GINI	24	0,557125	0,0329866	0,489	0,602
PIB	26	2,120291	2,840102	-3,878676	7,528226

Tabela 1 - Elaborado pelo autor. Fonte de dados: Banco Mundial e IBGE.

Para a inflação, é notável a queda acentuada durante o período analisado comparado com os anos anteriores. O maior valor atingido pelo índice IPCA foi em 1995: 22,41%; e o menor valor aconteceu em 1998: 1,65%. A média foi 6,82%, com o desvio padrão sendo 4,03%.

Analisando o Índice de Gini, percebe-se que comparado com as outras variáveis, há duas observações a menos, já que nos anos de 2000 e 2010 o Gini não foi calculado, pois a Pnad não foi realizada nesses anos em virtude do Censo. O maior valor atingido pelo índice de Gini foi em 1996: 60,2%; o menor valor aconteceu em 2020: 48,9%. A média foi de 55,7%, com o desvio padrão sendo 3,29%.

Para o PIB, o maior crescimento aconteceu em 2010: 7,52%, e o menor crescimento aconteceu em 2020: -3,87%. A média foi de 2,12%, com o desvio padrão sendo 2,84%.

No período pós Plano Real, a relação de correlação entre inflação e índice de Gini não é tão notável, apesar do Gini decrescente. Dessa forma, é possível formular uma hipótese de que a desigualdade de renda é afetada de forma mais impactante por grandes níveis de inflação, já em casos onde o nível de inflação é mais controlado, o impacto é bem mais fraco e em uma magnitude pequena.

A seguir, a evolução das variáveis no período:

### IPCA versus Ano

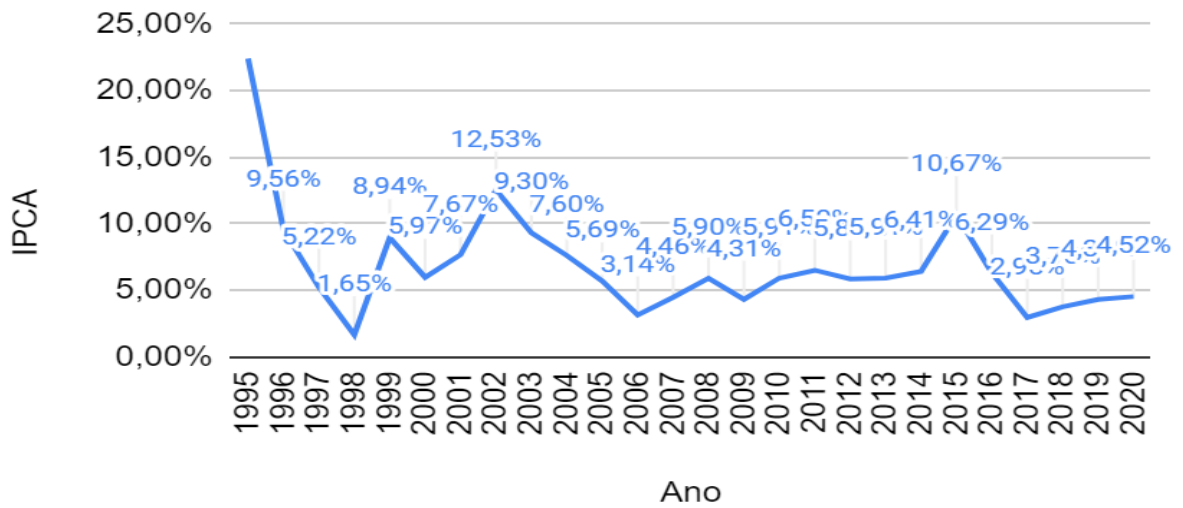


Figura 5 - Elaborado pelo autor. Fonte de dados: IBGE.

### GINI versus Ano

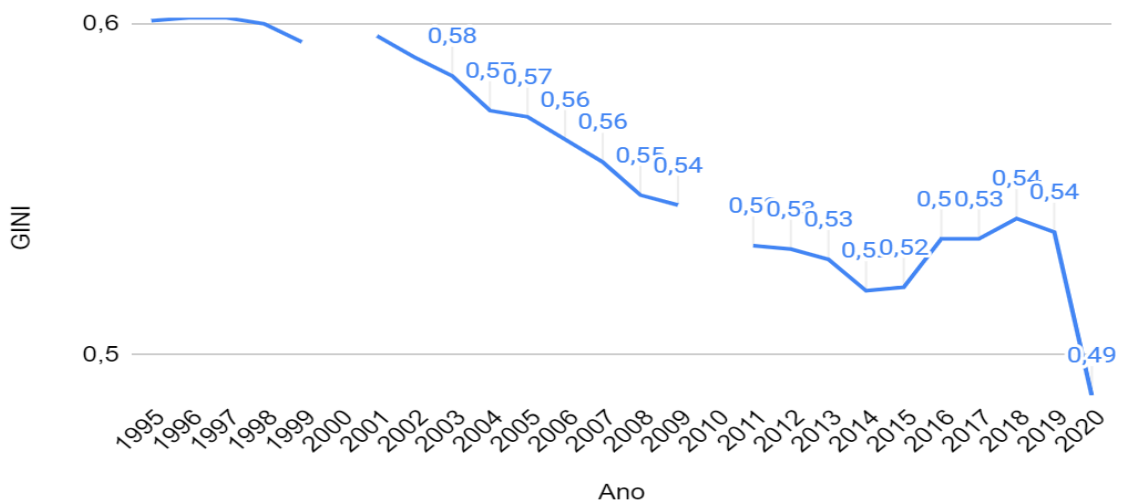


Figura 6 - Elaborado pelo autor. Fonte de dados: Banco Mundial.



### PIB versus Ano

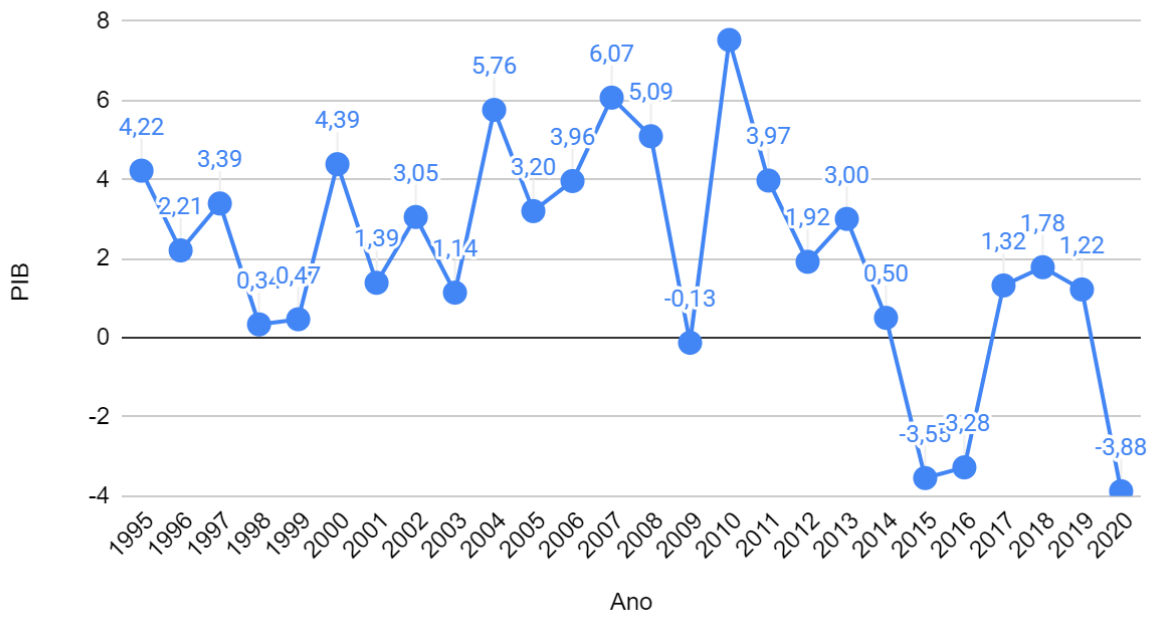


Figura 7 - Elaborado pelo autor. Fonte de dados: Banco Mundial.

A seguir, serão apresentados gráficos de correlação entre Índice de Gini, inflação e PIB:

### Correlação IPCA - GINI: 0,377

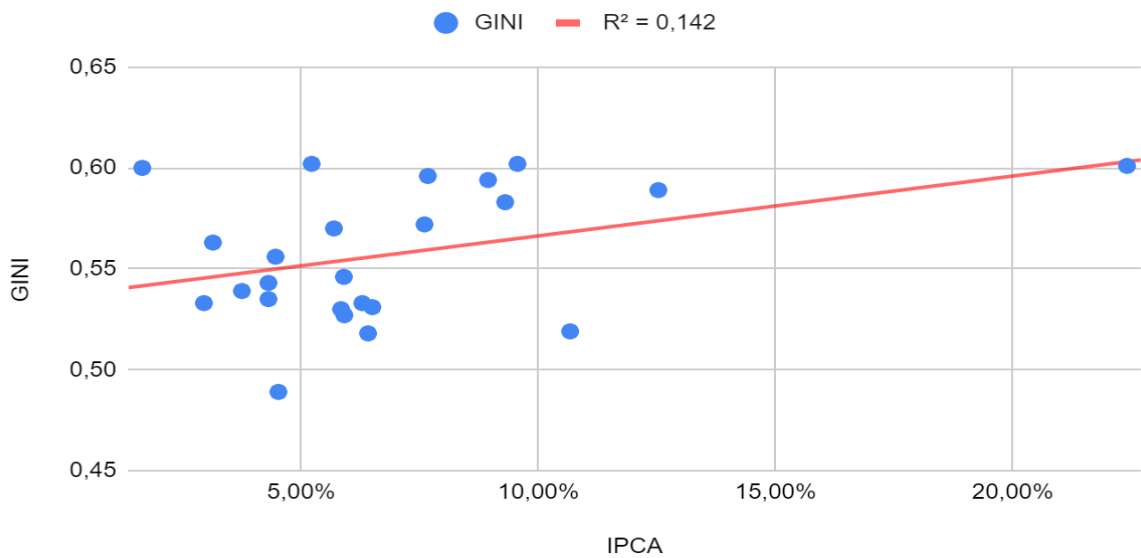


Figura 8 - Elaborado pelo autor. Fonte de dados: Banco Mundial e IBGE.

A Figura 8 apresenta a dispersão entre o coeficiente de Gini e a Inflação. A linha vermelha indica a linha de tendência entre as duas variáveis. A correlação entre as variáveis é positiva e de 0,377.

### Correlação PIB - IPCA

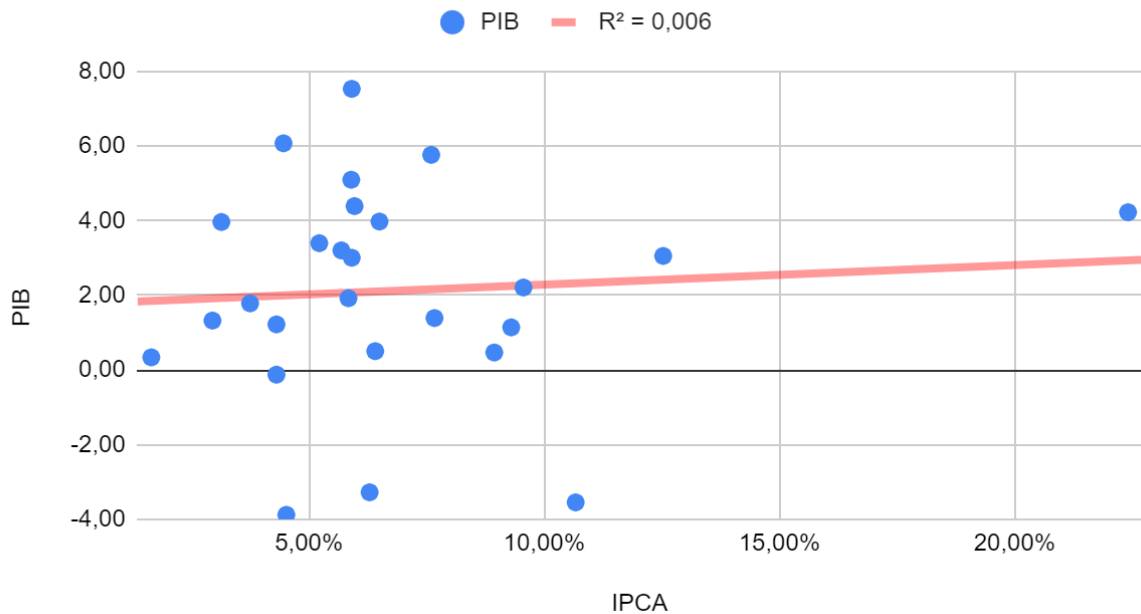


Figura 9 - Elaborado pelo autor. Fonte de dados: Banco Mundial e IBGE.

Realizando uma análise semelhante para a relação entre o PIB e a Inflação, a correlação é negativa, de -0,074.

Ao avaliar as estatísticas descritivas das variáveis, a evidência empírica sugere que a inflação tem impacto negativo sobre a igualdade.

## 7 RESULTADOS

As tabelas 2 e 3 apresentam o resultado da regressão para o índice de Gini como variável dependente e a inflação como variável independente.

GINI	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf. Interval]
IPCA	.2963934	.1552323	1.91	0.069	-.0255388 .6183256
_cons	.5366825	.0124615	43.07	0.000	.5108388 .5625262

*Tabela 2 – Elaborado pelo autor.*

Number of obs = 24

Prob > F = 0.0693

R-squared = 0.1422

Adj R-squared = 0.1032

Root MSE = .03124

*Tabela 3 – Elaborado pelo autor.*

Neste modelo, a correlação entre IPCA e Gini é estatisticamente significativa e positiva. Ou seja, o aumento generalizado de preços resulta em aumento da desigualdade. De acordo com Wooldridge (2010), o  $R^2$  pode ser interpretado como a fração da variação amostral em  $y$  que é explicado por  $x$ . O  $R^2$  é um número que varia de 0 a 1, sendo 1 um ajuste perfeito aos dados. Nesse caso, o  $R^2$  é baixo (0,1422). Isso pode ocorrer devido a uma série de fatores, nesta situação é provável que a omissão de variáveis relevantes esteja sendo um fator decisivo. O coeficiente da inflação foi positivo (0,2963), com p-valor de 0,069.

As tabelas 4 e 5 apresentam o resultado da regressão para o índice de Gini como variável dependente e a inflação e o PIB como variáveis independentes.

GINI	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
IPCA	.2627267	.145531	1.81	0.085	-.0399216	.565375
PIB	.0047542	.0022813	2.08	0.050	.0000101	.0094983
_cons	.5304447	.0119902	44.24	0.000	.5055098	.5553796

*Tabela 4 – Elaborado pelo autor.*

Number of obs = 24

Prob > F = 0.0278

R-squared = 0.2892

Adj R-squared = 0.2215

Root MSE = .02911

*Tabela 5 – Elaborado pelo autor.*

Neste modelo, percebe-se o aumento do  $R^2$  (0,2892), devido à inclusão da variável de crescimento econômico no modelo. O coeficiente da inflação em relação ao modelo anterior é menor: 0,2627; mas, ainda assim, muito positivo. Esse resultado indica que mesmo controlando a regressão com o crescimento econômico, um aumento da inflação ainda provoca um aumento sobre a desigualdade. Ambas as variáveis são estatisticamente significantes, apresentando p-valor menor que 0,1. O coeficiente do PIB é de 0,004; um valor bem baixo. De acordo com a visão ortodoxa, sendo o aumento do PIB uma expansão da oferta, o crescimento econômico pode reduzir a desigualdade. Porém neste caso, o coeficiente do PIB teve sinal positivo, o que não condiz com essa hipótese. Logo, os resultados mostram que o impacto da inflação sobre a desigualdade de renda acontece, porém em uma magnitude

pequena. É possível observar que a inflação afeta a desigualdade de forma mais incisiva em contextos de alta inflação ou hiperinflação.

## 8 CONCLUSÃO

O objetivo de testar o argumento de que a inflação impacta na desigualdade mesmo após a queda da alta inflação no Brasil foi realizado, mesmo se tratando de um trabalho simples e entendendo as limitações. Os resultados deste estudo indicam haver um impacto muito pequeno da inflação na desigualdade no período pós Plano Real. Analisando a magnitude do impacto, conclui-se que esse resultado não é impactante, sendo necessário que houvesse um grande aumento da inflação para causar um aumento de proporção significativa na desigualdade de renda. Ao adicionar a variável do crescimento econômico no modelo, os resultados se mantiveram.

Acerca da política econômica, é importante buscar o aumento do crescimento econômico sem aumentar os níveis de preços, o que pode ser feito via aumento da oferta, resultando em uma redução da desigualdade. O aumento da oferta pode ser realizado através de uma redução de impostos, reformulando a incidência de impostos indiretos sobre o consumo, pois a tributação sobre o consumo no Brasil é altamente regressiva, causando um impacto relativo maior na população de baixa renda.

De acordo com Wooldridge (2010), para obter um resultado não viesado e não incorrer no problema de endogeneidade é preciso respeitar a hipótese de média condicional zero, em que o erro  $\mu$  tem um valor esperado igual a zero, dados quaisquer valores das variáveis independentes. Logo, a omissão de um ou mais fatores importantes que estão correlacionados com qualquer uma das variáveis faz com que tal hipótese não se sustente. Logo, as limitações são evidentes, pois existem muitos fatores que não foram incluídos, seja devido à limitação de dados ou ignorância acerca destes. Apesar da significância estatística dos resultados, é necessário fazer a ressalva de que a amostra de dados é pequena. Além disso, as variáveis utilizadas podem ter certo viés de endogeneidade.

Os futuros estudos e pesquisas sobre o assunto podem buscar incluir um maior número de dados na amostra para chegar a resultados mais consolidados, utilizando dados de imposto de renda da Receita Federal, por exemplo. Além disso, a realização de estudos com a inclusão de outras variáveis no modelo, e para diferentes países ao longo do tempo, especialmente aqueles com histórico de hiperinflação, agregaria bastante valor aos futuros estudos do tema. Também seria interessante utilizar uma abordagem a nível regional, englobando características específicas das diferentes regiões do país.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier: 1990.
- ABREU, Marcelo de Paiva: A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ALBANESI, Stefania. Inflation and inequality. *Journal of Monetary Economics*, v. 54, n. 4, p. 1088-1114, 2007.
- ALESINA, Alberto; RODRIK, Dani. Distributive politics and economic growth. *The quarterly journal of economics*, v. 109, n. 2, p. 465-490, 1994.
- ALLISON, Paul D. Measures of inequality. *American sociological review*, p. 865-880, 1978.
- AL-MARHUBI, Fahim. A note on the link between income inequality and inflation. *Economics Letters*, v. 55, n. 3, p. 317-319, 1997.
- BAER, W. (1996). Dos ajustes aos choques externos à crise provocada pela dívida: 1973 - 85, in: Baer, W. *A economia brasileira*. São Paulo. Ed. Nobel. (Cap 6 – pág 108-136).
- BAER, W. (1996). O impulso de industrialização pós-Segunda Guerra Mundial – 1946 – 61, in: Baer, W. *A economia brasileira*. São Paulo. Ed. Nobel. (Cap 4 – pág 66-90).
- BARROS, R. et al. Uma análise das principais causas da queda recente da desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 117-147, jul. 2006.
- BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirella; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. “Consequências e Causas Imediatas da Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Abril 2006, pp. 1-35.
- BEATO, Claudio; REIS, Ilka. “Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Janeiro 2015, pp. 1-20.
- BLANK, Rebecca M.; BLINDER, Alan S. *Macroeconomics, income distribution, and poverty*. 1985.
- BLINDER, Alan S.; ESAKI, Howard Y. Macroeconomic activity and income distribution in the postwar United States. *The Review of Economics and Statistics*, p. 604-609, 1978.

BOURGUIGNON, François; FERREIRA, Francisco HG; MENÉNDEZ, Marta. Inequality of opportunity in Brazil. *Review of Income and Wealth*, v. 53, n. 4, p. 585-618, 2007.

BULIR, Ales. "Income Inequality: Does Inflation Matter?". IMF Working Paper, 2001.

CARDOSO, Eliana. "Inflation and Poverty." National Bureau of Economic Research Working Paper No. 4006 (March 1992).

CARDOSO, Renato Fragelli. *Política econômica, reformas institucionais e crescimento: a experiência brasileira (1945-2010)*. Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 166-2010, 2013.

CARNEIRO, Dionísio Dias & MODIANO, Eduardo Marco. Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, Capítulo 11, p. 265-280.

CYSNE, Rubens Penha; MALDONADO, Wilfredo; MONTEIRO, Paulo Klinger. Inflation and income inequality: a shopping-time approach. *Journal of Development Economics*. Vol. 78, p. 516-528, 2005.

DE SOUZA, Ferreira; GUIMARÃES, Pedro Herculano. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. 2018.

DE SOUZA, Ferreira; GUIMARÃES, Pedro Herculano. *A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre Censos, PNADs e POFs*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

DEININGER, K.; SQUIRE, L. 1996. A new data set measuring income inequality. *The World Bank Economic Review*, 10(3):565-591.

DOEPKE, Matthias; SCHNEIDER, Martin. Inflation and the redistribution of nominal wealth. *Journal of Political Economy*, v. 114, n. 6, p. 1069-1097, 2006.

DOLMAS, J.; HUFFMAN, G.; WYNNE, M. 2000. Inequality, inflation, and central bank independence. *Canadian Journal of Economics / Revue canadienne d'Economique*, 33(1):271-287.

EASTERLY, William; FISCHER, Stanley. Inflation and the Poor. *Journal of Money, Credit and Banking*, p. 160-178, 2001.

EROSA, Andrés; VENTURA, Gustavo. On inflation as a regressive consumption tax. *Journal of Monetary Economics*, v. 49, n. 4, p. 761-795, 2002.



FERREIRA, Francisco HG; LEITE, Phillippe G.; LITCHFIELD, Julie A. The rise and fall of Brazilian inequality: 1981–2004. *Macroeconomic Dynamics*, v. 12, n. S2, p. 199-230, 2008.

FORBES, Kristin J. A Reassessment of the Relationship between Inequality and Growth. *American economic review*, v. 90, n. 4, p. 869-887, 2000.

GALLI, Rossana. Is inflation bad for income inequality: The importance of the initial rate of inflation. 2001.

GIAMBIAGI, Fabio. [et. al.] *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JIN, Yi. A note on inflation, economic growth, and income inequality. *Macroeconomic Dynamics*, v. 13, n. 1, p. 138-147, 2009.

KELLY, Morgan. Inequality and crime. *Review of economics and Statistics*, v. 82, n. 4, p. 530-539, 2000.

KLEIN, Michael W.; OLIVEI, Giovanni P. Capital account liberalization, financial depth, and economic growth. *Journal of international money and finance*, v. 27, n. 6, p. 861-875, 2008.

LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do milagre, 1967-1974. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, Capítulo 11, p. 213-239.

MODIANO, Eduardo Marco. A ópera dos três cruzados, 1985-1990. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, Capítulo 11, p. 281-312.

NERI, Marcelo Cortes. *Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade*. Nueva Sociedad, 2007.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Is inequality harmful for growth?. *The American Economic Review*, p. 600-621, 1994.

RANYARD, Rob et al. Perceptions and expectations of price changes and inflation: A review and conceptual framework. *Journal of Economic Psychology*, v. 29, n. 4, p. 378-400, 2008.

REZENDE, Fernando. "Prospects for Brazil's Economy." *International Affairs*, 74, 3 (July 1998), 563-576.

ROMER, Christina; ROMER, David. Monetary policy and the well-being of the poor. NBER Working Paper Series. N. 6793, 1998.

SABBADINI, Ricardo; RODRIGUES, Mauro. Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda. Anpec, 2010.

SAREL, Michael. Nonlinear effects of inflation on economic growth. Staff Papers, v. 43, n. 1, p. 199-215, 1996.

SHILLER, Robert J. 1997. "Public Resistance to Indexation: A Puzzle." Brookings Papers on Economic Activity (1): 159-228.

SMYTH, David J. Inflation and growth. Journal of Macroeconomics, v. 16, n. 2, p. 261-270, 1994.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. 2006.

THEIL, H., 1967, Economics and information theory (North-Holland, Amsterdam).

WOOLDRIDGE, J. M. "Introdução à econometria: uma abordagem moderna - Tradução da 4ª edição norte-americana". 4. Ed. São Paulo, 2010. 701 p.

ZOLI, Claudio. "Intersecting generalized Lorenz curves and the Gini index". Soc Choice Welfare, February 1999, pp. 16-183.